

09/06/2011

PLENÁRIO

REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 633.933 DISTRITO FEDERAL

REGISTRADO	: MINISTRO PRESIDENTE
RECTE.(S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECDO.(A/S)	: ACHILES DA SILVA PIO
ADV.(A/S)	: ANA LUCIA RODRIGUES

RECURSO. Extraordinário. Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa e de Suporte – GDPGTAS. Critérios de cálculo. Extensão. Servidores públicos inativos. Repercussão geral reconhecida. Precedentes. Reafirmação da jurisprudência. Recurso improvido. É compatível com a Constituição a extensão, aos servidores públicos inativos, dos critérios de cálculo da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa e de Suporte – GDPGTAS estabelecidos para os servidores públicos em atividade.

Decisão: O Tribunal reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada, vencido o Ministro Marco Aurélio e, no mérito, reafirmou a jurisprudência dominante sobre a matéria, vencidos os Ministros Ayres Britto e Marco Aurélio. Não se manifestaram os Ministros Joaquim Barbosa e Cármen Lúcia.

Ministro CEZAR PELUSO
Relator

REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 633.933 DISTRITO FEDERAL

1. Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão do Tribunal Regional Federal da Segunda Região e assim ementado:

“ADMINISTRATIVO – GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE TÉCNICO-ADMINISTRATIVA E DE SUPORTE (GDPGTAS) – EXTENSÃO AOS INATIVOS – POSSIBILIDADE – LEI 11.357/2006.

Depreende-se da lei 11.357/2006 que não existem, na atualidade, critérios objetivos da aferição de desempenho dos servidores ativos, passando estes a perceber a GDPGTAS no valor correspondente a 80% do percentual máximo até que seja instituída a nova disciplina de aferição da produtividade e concluídos os efeitos do último ciclo de avaliação.

Em razão do percentual fixo estipulado na regra de transição (art. 7º, § 7º, da Lei n. 11.357/2006), deve ser estendido aos inativos e pensionistas o mesmo percentual (80%) pago aos servidores em atividade, desde a impetração, até que seja editada a regulamentação da GDPGTAS, prevista no § 7º do art. 7º da Lei n. 11.357/2006.”

Sustenta o recorrente, com base no art. 102, III, a e b, violação dos artigo 40, § 8º, da Constituição Federal. Requer, em síntese, que seja conhecido e provido o recurso extraordinário para negar a extensão da GDPGTAS, no percentual de 80%, aos servidores inativos, por se tratar de gratificação de natureza *labore faciendo*.

Apresenta preliminar formal e fundamentada de repercussão geral, no forma do art. 543-A, § 2º, do CPC (fl. 207).

2. A questão suscitada neste recurso versa sobre a extensão da GDPGTAS, no percentual de 80% do percentual máximo, aos servidores inativos. A GDPGTAS foi instituída pela Lei nº 11.357/06, e no artigo 77, I, a, estabeleceu que os servidores inativos perceberiam 30% do grau máximo. Fez consignar ainda, no artigo 7º, § 7º, que os servidores em atividade fariam jus a 80% da pontuação máxima, enquanto não fosse

RE 633.933 RG / DF

regulamentada a GDPGTAS. Deste modo, afirmando a natureza genérica da referida gratificação, os servidores inativos, ainda contemplados pela norma do artigo 40, § 8º, da Constituição Federal, pleiteiam a sua extensão.

A questão transcende os limites subjetivos da causa, tendo em vista que se discute o direito de paridade previsto no artigo 40, § 8º da Constituição Federal. Esta paridade, embora elidida pela Emenda nº 41/2003, ainda continua em vigor para aqueles que se aposentaram anteriormente, ou que preencheram os requisitos para tal, antes da sua vigência, ou, ainda, para os que se aposentaram nos termos das regras de transição ali contidas. Trata-se de matéria de relevante cunho jurídico, de modo que sua decisão produzirá inevitável repercussão de ordem geral.

3. Esta corte possui jurisprudência firmada no sentido de que à GDPGTAS, se aplicam, *mutatis mutandis*, os mesmos fundamentos apresentados no RE 476.279/DF, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, DJe de 15.6.2007 e no RE 476.390/DF, Rel. Min. GILMAR MENDES, DJe de 29.6.2007, que tratam da GDATA, uma vez manifesta a semelhança do disposto no § 7º do art. 7º da Lei 11.357/2006, que cuida desta gratificação, com o disposto no art. 6º da Lei 10.404/2002 e no art. 1º da Lei 10.971/2004, que tratam da GDATA. Neste sentido, confirmam-se o RE 585230 AgR / PE, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJe de 26.6.2009, RE 598363 / RJ, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJe DE 17.04.2009, AI 768688 / SE, Rel. Min. GILMAR MENDES, DJe de 23.11.2010, AI 717983 / SE, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, DJe de 15.9.2010, AI 710377 / SE, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, DJe de 4.8.2010, RE 609722 / RJ, Rel. Min. EROS GRAU, DJe de 11.5.2010.

4. Ante o exposto, reafirmo a jurisprudência da Corte para negar provimento ao recurso extraordinário.

Brasília, 16 de maio de 2011.

RE 633.933 RG / DF

Ministro CEZAR PELUSO

Presidente

Documento assinado digitalmente

REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 633.933 DISTRITO FEDERAL

PRONUNCIAMENTO

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO –
MATÉRIA FÁTICA – REPERCUSSÃO
GERAL – INADEQUAÇÃO.**

1. A Assessoria prestou as seguintes informações:

Eis a síntese do que discutido no Recurso Extraordinário nº 633.933/DF, da relatoria do Ministro Cezar Peluso, Presidente do Supremo, inserido no sistema eletrônico da repercussão geral às 23 horas e 59 minutos do dia 6 de maio de 2011.

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no julgamento da Apelação Cível nº 435.862/RJ, consignou que, da leitura da Lei nº 11.357/2006, observa-se inexistirem critérios objetivos de aferição de desempenho dos servidores na ativa, passando estes a perceber a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico Administrativo e de Suporte – GDPGTAS no valor correspondente a 80% do percentual máximo até o advento de nova disciplina de aferição da produtividade e conclusão dos efeitos do último ciclo de avaliação dos citados servidores. Segundo fez ver, a GDPGTAS tornou-se espécie de “gratificação de natureza genérica na sua integralidade, não mais condicionada ao desempenho e à produtividade das funções exercidas, uma vez ausentes os critérios objetivos de avaliação”. Nesse sentido, os aposentados e pensionistas têm jus à aludida

RE 633.933 RG / DF

gratificação em idêntico patamar, sob pena de violação do artigo 40, § 8º, do Diploma Maior.

Os embargos de declaração interpostos foram desprovidos.

No extraordinário protocolado com alegada base nas alíneas “a” e “b” do permissivo constitucional, a recorrente articula com a ofensa aos artigos 37, cabeça, e 40, § 8º, da Carta da República. Sustenta ter ocorrido a declaração indireta de inconstitucionalidade de dispositivos das Leis nº 10.404/02, 10.971/04 e 11.357/06. Assevera ser o entendimento revelado no acórdão contrário à lei, por transgressão ao disposto no artigo 7º da Lei nº 11.357/06. Afirmar não se aplicar a concepção da GDPGTAS aos servidores anteriormente aposentados porque não existiriam parâmetros legais definindo qual seria a forma de calculá-la para cada uma dessas pessoas. Consoante argumenta, a jurisprudência foi firmada no sentido de não se revelar absoluta a isonomia versada no § 8º do artigo 40 da Carta Federal, sendo permitida a instituição de vantagens remuneratórias somente aos servidores ativos, contanto que não sejam genéricas, mas relacionadas a determinadas situações especiais que envolvam o desempenho da função pública ou que visem imprimir maior eficiência ao serviço público.

Sob o ângulo da repercussão geral, anota estar em jogo matéria relevante dos pontos de vista jurídico e econômico, ante o fato de o Tribunal de origem haver inobservado o princípio da separação dos Poderes, considerado o impacto negativo no orçamento da União, ao deferir vantagem pecuniária não prevista em lei, e caso o Supremo mantenha o conteúdo da decisão ora atacada.

O extraordinário foi admitido na origem.

Eis o pronunciamento do relator, Ministro Cezar Peluso,

RE 633.933 RG / DF

Presidente do Supremo:

1. Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão do Tribunal Regional Federal da Segunda Região e assim ementado:

ADMINISTRATIVO GRATIFICAÇÃO DE
DESEMPENHO DE ATIVIDADE TÉCNICO
ADMINISTRATIVA E DE SUPORTE (GDPGTAS)
EXTENSÃO AOS INATIVOS POSSIBILIDADE LEI
11.357/2006.

Depreende-se da lei 11.357/2006 que não existem, na atualidade, critérios objetivos da aferição de desempenho dos servidores ativos, passando estes a perceber a GDPGTAS no valor correspondente a 80% do percentual máximo até que seja instituída a nova disciplina de aferição da produtividade e concluídos os efeitos do último ciclo de avaliação.

Em razão do percentual fixo estipulado na regra de transição (art. 7º, § 7º, da Lei n. 11.357/2006), deve ser estendido aos inativos e pensionistas o mesmo percentual (80%) pago aos servidores em atividade, desde a impetração, até que seja editada a regulamentação da GDPGTAS, prevista no § 7º do art. 7º da Lei n. 11.357/2006.

Sustenta o recorrente, com base no art. 102, III, a e b, violação dos artigo 40, § 8º, da Constituição Federal. Requer, em síntese, que seja conhecido e provido o recurso extraordinário para negar a extensão da GDPGTAS, no percentual de 80%, aos servidores inativos, por se tratar de gratificação de natureza labore faciendo.

Apresenta preliminar formal e fundamentada de

RE 633.933 RG / DF

repercussão geral, no forma do art. 543-A, § 2º, do CPC (fl. 207).

2. A questão suscitada neste recurso versa sobre a extensão da GDPGTAS, no percentual de 80% do percentual máximo, aos servidores inativos. A GDPGTAS foi instituída pela Lei nº 11.357/06, e no artigo 77, I, a, estabeleceu que os servidores inativos perceberiam 30% do grau máximo. Fez consignar ainda, no artigo 7º, § 7º, que os servidores em atividade fariam jus a 80% da pontuação máxima, enquanto não fosse regulamentada a GDPGTAS.

Deste modo, afirmando a natureza genérica da referida gratificação, os servidores inativos, ainda contemplados pela norma do artigo 40, § 8º, da Constituição Federal, pleiteiam a sua extensão.

A questão transcende os limites subjetivos da causa, tendo em vista que se discute o direito de paridade previsto no artigo 40, § 8º da Constituição Federal.

Esta paridade, embora elidida pela Emenda nº 41/2003, ainda continua em vigor para aqueles que se aposentaram anteriormente, ou que preencheram os requisitos para tal, antes da sua vigência, ou, ainda, para os que se aposentaram nos termos das regras de transição ali contidas. Trata-se de matéria de relevante cunho jurídico, de modo que sua decisão produzirá inevitável repercussão de ordem geral.

3. Esta corte possui jurisprudência firmada no sentido de que à GDPGTAS, se aplicam, mutatis mutandis, os mesmos fundamentos apresentados no RE 476.279/DF, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, DJe de 15.6.2007 e no RE 476.390/DF, Rel. Min. GILMAR MENDES, DJe de

RE 633.933 RG / DF

29.6.2007, que tratam da GDATA, uma vez manifesta a semelhança do disposto no § 7º do art. 7º da Lei 11.357/2006, que cuida desta gratificação, com o disposto no art. 6º da Lei 10.404/2002 e no art. 1º da Lei 10.971/2004, que tratam da GDATA.

Neste sentido, confirmam-se o RE 585230 AgR / PE, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJe de 26.6.2009, RE 598363 / RJ, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJe de 17.04.2009, AI 768688 / SE, Rel. Min. GILMAR MENDES, DJe de 23.11.2010, AI 717983 / SE, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, DJe de 15.9.2010, AI 710377 / SE, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, DJe de 4.8.2010, RE 609722 / RJ, Rel. Min. EROS GRAU, DJe de 11.5.2010.

4. Ante o exposto, reafirmo a jurisprudência da Corte para negar provimento ao recurso extraordinário.

Brasília, 16 de maio de 2011.

Ministro Cezar Peluso

Presidente

Documento assinado digitalmente

Destaco constar da presente repercussão geral questão relativa à reafirmação da jurisprudência do Supremo.

2. O recurso extraordinário tem como óbice o envolvimento de matéria fática. Enquanto o acórdão impugnado revela o caráter geral da gratificação, nas razões respectivas, afirma-se o contrário e, com base nesse entendimento, aponta-se a violência ao artigo 40, § 8º, da Constituição Federal, na redação primitiva. O caso sinalizava a negativa de seguimento ao extraordinário.

3. Pronuncio-me pela inadequação do instituto da repercussão geral.

RE 633.933 RG / DF

4. À Assessoria, para acompanhar a tramitação do incidente.

5. Publiquem.

Brasília – residência –, 26 de maio de 2011, às 10h40.

Ministro MARCO AURÉLIO